

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



FORMAÇÃO
INTERDISCIPLINAR
DAS CIÊNCIAS EXATAS:
Conhecimentos e pesquisas 2

Atena
Editora
Ano 2022

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



FORMAÇÃO
INTERDISCIPLINAR
DAS CIÊNCIAS EXATAS:
Conhecimentos e pesquisas 2

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná



Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista



Formação interdisciplinar das ciências exatas: conhecimentos e pesquisas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Correção: Yaiddy Paola Martinez

Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Revisão: Os autores

Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723 Formação interdisciplinar das ciências exatas:
conhecimentos e pesquisas 2 / Organizadores Américo
Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0197-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.971222006>

1. Ciências exatas. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).
III. Título.

CDD 507

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A realidade do país e as diferentes problemáticas evidenciadas ao longo dos anos têm demandado questões muito particulares e mobilizado pesquisadores em busca de respostas a inúmeras inquietudes. É inegável que a pesquisa científica se constitui como importante mecanismo na busca dessas respostas e no melhorar a vida das pessoas e, nesse ínterim, a área de ciências exatas e as relações construídas interdisciplinarmente ocupam um lugar importante.

É neste sentido que o livro “**Formação interdisciplinar das ciências exatas: Conhecimentos e pesquisas 2**” nasceu: como forma de permitir que as diferentes experiências de pesquisadores vinculados a área de ciências exatas sejam apresentadas e constituam-se enquanto canal de formação para outros sujeitos. Reunimos aqui trabalhos de pesquisa e relatos de experiências de diferentes práticas que surgiram no interior da universidade e escola, por estudantes e professores/as pesquisadores/as de diferentes instituições do Brasil e de outros países.

Esperamos que este livro, da forma como o organizamos, desperte nos leitores provocações, inquietações, reflexões e o (re)pensar da própria prática docente, para quem já é docente, e das trajetórias de suas formações iniciais para quem encontra-se matriculado em algum curso superior. Desejo, portanto, uma ótima leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SIMULAÇÃO DO TEOREMA DO LIMITE CENTRAL

Álvaro de Lemos César Anjo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9712220061>

CAPÍTULO 2..... 7

QUAL FOI O PRÓXIMO PASSO? GÊNERO E PRECONCEITO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Paula Viviane Chiés

Leandro da Costa Fialho

Alessandra Carvalho Leite

Guilherme Souto G. Magri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9712220062>

CAPÍTULO 3..... 21

COMPARAÇÃO DA TRANSMITÂNCIA DA RADIAÇÃO SOLAR GLOBAL (RG) ENTRE ANOS SECO E CHUVOSO EM UMA FLORESTA DE MATA ATLÂNTICA

Vanessa Silva Lustosa


Carlos Alexandre Santos Querino

Marcos Antônio Lima Moura

Péricles Vale Alves

Juliane Kayse Albuquerque da Silva Querino

Adalcir Araújo Feitosa Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9712220063>

CAPÍTULO 4..... 31

ANÁLISE DE NDVI PARA EVENTO DE QUEIMADA NO PARQUE ESTADUAL DO XINGU, MATO GROSSO- BRASIL

Maria Joselina Gomes Ribeiro

Marina Costa de Sousa

Jonathas Franco de Sousa

Albertino Monteiro Neto


Stanley William Costa Dias

Marcela Brito Rodrigues

Matheus dos Santos Viana

Ana Paula Souza Santos

Adriano Marlisom Leão de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9712220064>

CAPÍTULO 5..... 40

“SE TIVER CÁLCULOS EU ESTOU FORA?”: A MATEMÁTICA E OS REFLEXOS PARA A ESCOLHA DA PROFISSÃO

João Gabriel Guirra da Silva


Américo Junior Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9712220065>

CAPÍTULO 6..... 60

ANÁLISE DO CONFORTO TÉRMICO HUMANO PARA SÃO PAULO/SP E ERECHIM/RS
UTILIZANDO DADOS DIÁRIOS PARA O VERÃO 2018/2019


Thiago Gonçalves da Silva
José Augusto Ferreira Neto
Paula Andressa Alves de Araujo
Bergson Guedes Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9712220066>

CAPÍTULO 7..... 71

ANÁLISE DAS EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO₂) PARA A CIDADE DE
PORTO VELHO, RONDÔNIA, BRASIL


Pericles Vale Alves
Luiz Octávio Fabrício dos Santos
Altemar Lopes Pedreira Junior
Carlos Alexandre Santos Querino
Vandoir Bourscheidt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9712220067>

CAPÍTULO 8..... 85

REDUÇÃO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA NO SOLO NA FLORESTA AMAZÔNICA E
SUAS CONSEQUÊNCIAS


Hildo Giuseppe Garcia Caldas Nunes
Paulo Jorge de Oliveira Ponte de Souza
Carlos Alberto Dias Pinto
José Francisco Berrêdo Reis da Silva
João de Athaydes Silva Júnior
Antonio Carlos Lôla da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9712220068>

CAPÍTULO 9..... 96

DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: UMA REVISÃO DE LITERATURA


Monica Almeida Gavilan
Leonardo Lucas do Nascimento Siqueira
Daene Silva de Moraes Lima
Larissa Bezerra de Oliveira
Bruna Fernandes de Araújo





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9712220069>

CAPÍTULO 10..... 104

SOBRE A FORMALIZAÇÃO DO CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS COMO UM
CORPO ORDENADO COMPLETO

Juliana Hazt
Ceni Rafaele da Cruz
Marlon Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.97122200610>

CAPÍTULO 11	110
ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO MAIS SAUDE	
Simone Matos dos Santos Teixeira	
Clédson de Souza Magalhães	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.97122200611	
CAPÍTULO 12	116
ANÁLISE QUÍMICA E BIOLÓGICA DE METABÓLITOS VOLÁTEIS DE <i>Psidium cattleianum</i>	
Paulo Roberto de Oliveira	
Felipe Eduardo Rocha Machado	
Elton Lincoln Peyerl de Souza	
Francisco de Assis Marques	
Adriano Cesar de Moraes Baroni	
Palimecio Gimenes Guerrero Junior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.97122200612	
CAPÍTULO 13	128
EFEITOS DA RADIAÇÃO SOLAR GLOBAL INCIDENTE NA TEMPERATURA E UMIDADE RELATIVA DO PANTANAL MATO-GROSSENSE	
Bruno Martins Mendes Vieira	
Leone Francisco Amorim Curado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.97122200613	
CAPÍTULO 14	139
ANÁLISE DOS CASOS DE GRANIZO NO SERTÃO DE ALAGOAS	
Davidson Lima de Melo	
Natalia Fedorova	
Vladimir Levit	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.97122200614	
SOBRE OS ORGANIZADORES	156
ÍNDICE REMISSIVO	157

CAPÍTULO 2

QUAL FOI O PRÓXIMO PASSO? GÊNERO E PRECONCEITO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Data de aceite: 01/06/2022

Paula Viviane Chiés

Leandro da Costa Fialho

Alessandra Carvalho Leite

Guilherme Souto G. Magri

Grupo de Estudos Socioculturais e Pesquisa em Educação Física (GESPEF-UNIEURO) - Membro da REDE CEDES/UnB-DF

RESUMO: A formulação da BNCC tem sido objeto de discussão dos profissionais da área de educação, principalmente com o intuito de reconhecer o incentivo a transformações nas políticas públicas com foco na continuidade do caráter multicultural e democrático da Constituição Federal de 1988. Com a finalidade de discutir as categorias de “gênero” e “preconceito” na referida proposta, o estudo desenvolveu um processo de coleta de dados em diferentes âmbitos, na análise do documento final da BNCC, dos relatórios e pareceres críticos do documento preliminar, assim como da narrativa recolhida de entrevistas estruturadas realizadas junto a profissionais de Educação Física. A partir do desenvolvimento do estudo, pode-se inferir que o documento apenas apresenta as palavras *gênero* e *preconceito* (ou termos correlatos) em seu texto, como delimitações pontuais, sem comprometimento e contextualização, portanto,

não irrompe avanço no campo de políticas públicas que se comprometa em construir uma base argumentativa à questão da equidade.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular; gênero; preconceito.

WHAT WAS THE NEXT STEP? GENDER AND BIAS IN THE COMMON NATIONAL BASE CURRICULUM

ABSTRACT: The formulation of BNCC has been the subject of discussion among professionals of education, especially as to the question of recognizing incentives to changes in public policy aimed at multicultural and democratic continuity of the Federal Constitution of 1988. In order to discuss the categories of “gender” and “Prejudice” in the proposal, the study developed a multi-area data gathering process in the analysis of the final document of BNCC, of reports and critical review of the preliminary document, as well as the narrative collected from structured interviews conducted with Physical Education professionals. From the development of the study, it can be inferred that the document only lists the words *gender* and *bias* (or related terms) in the text as delimitations without commitment and contextualization, failing to recognize the advances in public policy committed to building an argumentative based on equity.

KEYWORDS: Common National Base Curriculum; Gender; Bias.

1 | INTRODUÇÃO

As políticas públicas formuladas e implantadas após 1988, passaram a ter a responsabilidade de cumprirem uma nova caracterização expressa pelo texto da Carta Magna, nesse sentido observa-se a busca pela gestão democrática, a contextualização das propostas frente às diferenças geográficas, sociais e culturais e, no caso da igualdade de direitos, a definição da questão de gênero e do preconceito (discriminação de raça/etnia, sexo, idade, classe social, entre outras) como pautas de relevância às políticas públicas de educação no Brasil (BRASIL, 1988). Nesse contexto, a proposta de uma *formação básica comum e nacional* com a definição de currículos mínimos na Educação Básica aparece tendo a finalidade de orientar os sistemas de ensino na elaboração de políticas, ações e propostas curriculares, sobretudo, almejando-se uma educação para todos que possa atender a metas de ascensão da qualidade social na educação.

A categoria “gênero” pode ser primeiramente concebida como uma construção social dos sexos, assim como delimitada por Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*, 1949), definição simples, mas que, no entanto, expurgou a limitada análise das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, do âmbito restrito de justificativas dadas como biológicas. O gênero tem a sua caracterização no processo relacional criado para se compreender como homens e mulheres expressam seus papéis sociais previamente definidos na sociedade, e como a esses modelos sociais agregam-se formas de discriminação dentro da interseccionalidade (SCOTT, 1989; 1995). O principal dilema ao tratar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador do currículo dos sistemas e redes de ensino das unidades federativas, não se identifica somente pela escolha de sua forma, organização, conteúdo, e direcionamento, mas integra a análise de tais tópicos perante as reais possibilidades criadas de atendimento à universalização de uma educação de qualidade.

Há alguns princípios que se tornam “universais” em determinada época (FIORELLI SILVA; ALVES NETO; VICENTE, 2015). “O mesmo desafio se impõe para as definições dos padrões que regulam os princípios democráticos e para os que regulam os processos educativos no sistema de ensino [...]” (p. 332). Nesse âmbito as políticas públicas de educação têm demonstrado a preocupação em atender justamente as demandas criadas para a democracia de direitos. Um exemplo deste direcionamento vem sendo o emprego das *Diretrizes Curriculares Nacionais* voltadas diferentemente para as *relações étnico-raciais* (Lei n. 11.645 de 10/03/ 2008; Resolução CNE/CP n. 01 de 17 de junho de 2004), a *cultura indígena e políticas ambientais* (Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002) e a questão dos *direitos humanos* (Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012). Especificamente na questão de gênero, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), até o momento em termos de políticas públicas de educação, tem sido o único documento trabalhado junto a

tal abordagem em suas diferentes secções.

A *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) não é um documento que tenha o interesse em combater preconceitos, dentre eles as imposições relacionadas às desigualdades de gênero, portanto, não se acredita no referido documento como protagonista de ações no âmbito do aumento da qualidade de educação por esta via. Todavia, a compreensão das relações de gênero, de como elas se constroem e se estabelecem em nossa sociedade é imprescindível para qualquer proposta de organização curricular. Não há dúvida da relevância de discussões em torno da incorporação da perspectiva de gênero na BNCC, contudo, vale ainda indagar sobre o modo como os princípios orientadores, conteúdos, objetivos, ou seja, como cada componente da BNCC abordou a questão de gênero em suas reflexões e sobre suas consequências para a educação escolar.

O referencial de discussão do presente estudo foi a proposta da *Base Nacional Curricular Comum* (BNCC), tendo como foco as seguintes categorias de análise: o “gênero” e o “preconceito”. O estudo procurou evidenciar que a BNCC, não destoa da maioria das políticas públicas de educação pós-1988, daquelas que trataram a inclusão da perspectiva de gênero e preconceito de maneira ainda tímida, sem indicar transformações concretas, apenas com o acréscimo dos termos ao longo do texto, sem dar criticidade e pertinência às questões direta e indiretamente envolvidas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O contexto das leis, decretos e planos produzidos no âmbito da educação pública federal nas décadas de 1980 e 1990 mostrou que, no Brasil, “[...] a inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas de educação é mais recente e menos institucionalizada do que em outros campos, como, por exemplo, nas áreas da saúde e do trabalho [...]” (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p.409).

De maneira geral, o conjunto de documentos que regulamenta a prática de políticas públicas de educação apresenta a perspectiva de gênero integrada à noção geral dos direitos e valores, o que gera uma diluição da especificidade que tal questão deva receber junto a caracterização que o preconceito desenvolve no ambiente escolar. Não houve mudanças concretas nos currículos de formação docente e na prática docente que sinalizem a uma incorporação da perspectiva de equidade de gênero (VIANNA; UNBEHAUM, 2004), por exemplo, no planejamento e organização didático pedagógico dos professores.

Vianna e Unbehaum (2004) salientam que educadores e educadoras não apresentam o preparo adequado para reconhecerem a expressão e caracterização que a questão de gênero e o preconceito ganham no ambiente escolar, muito menos ainda para sobreponem as ideias preconcebidas, e identificarem, em suas próprias práticas pedagógicas, o reforço a estereótipos forjados nas diferenças pertinentes ao gênero. Por isso, os avanços nas discussões do gênero e preconceito nas políticas públicas ainda têm sido relativos e

restritos, deixando-nos com a dúvida de *qual foi o passo dado a frente*, tendo ainda um terreno fértil para mudanças mais efetivas, não circunscritas à garantia de acesso igual a meninos e meninas, ou a um discurso mascarado na igualdade, mas traçando uma nova realidade a partir da construção gradativa de mudanças.

A abordagem de gênero na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB-1996) e no Plano Nacional de Educação pode ser observada através de três características distintas: a *linguagem* utilizada; a *questão dos direitos*, na qual o gênero aparece subentendido; e a *imprecisão*, pela qual a referência à dimensão gênero desaparece da discussão geral do documento, emergindo de maneira esparsa e tímida em alguns tópicos (VIANNA; UNBEHAUM (2004). No caso da *linguagem*, foi identificada a nomeação dos indivíduos de ambos os sexos, com ênfase na forma masculina, fato que para os autores, o modelo linguístico androcêntrico: “não pode (nem deve) ser aceito como inquestionável ou como mera questão de norma linguística. Isso porque o uso do masculino genérico nas premissas que discutem direitos e organização do sistema educacional brasileiro dá margem para ocultar as desigualdades de gênero [...]” (p. 90). A abordagem genérica do gênero na *questão de direitos* também gera limitações, isso porque é “[...] preciso ler nas entrelinhas dessas leis para ver, na defesa dos direitos em geral, pequenos avanços quanto às questões de gênero [...]” (p.91).

Algumas frases e palavras não construídas de forma esclarecedora quanto à questão de gênero não oferecem efetividade nas mudanças, portanto, concebesse que apenas profissionais carimbados nas discussões perante essa categoria de análise conseguem trazer uma interpretação possível às questões de gênero, subentendidas em palavras como *cidadania*, *direito de todos* etc. No Plano Nacional de Educação, política pública de educação também analisada no referido estudo, demonstrou-se a questão de gênero abordada na apresentação do documento, entretanto, desaparecendo do conteúdo geral desenvolvido, emergindo apenas em tópicos esparsos, sem um acompanhamento e contextualização crítica acerca do assunto.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, especificamente na introdução de seu texto, conseguiram evidenciar uma tentativa de colocar a questão de gênero como referência para a constituição da identidade de crianças e jovens. Isso foi quebrado por um tratamento acanhado das questões de gênero no restante do documento. Com exceção do tópico dedicado à *Orientação Sexual*, no qual foram articuladas as relações entre a pluralidade cultural e as questões de gênero (VIANNA; UNBEHAUM, 2004).

3 | METODOLOGIA

O estudo analisou as versões de elaboração da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) disponibilizadas para consulta pública, até se chegar à versão final em abril de 2017, período no qual o MEC entregou a versão final da BNCC ao Conselho Nacional de

Educação (CNE). Em 16 de setembro de 2015 a 1ª versão da BNCC foi disponibilizada para consulta pública, seguindo em 3 de maio de 2016, com a publicação da 2ª versão da BNCC que seguiu o mesmo processo de análise. Através das contribuições dinamizadas no *site* do Ministério da Educação por intermédio de uma consulta pública realizada a partir da publicação do documento em sua 1ª. versão, publicada em 16 de setembro e concluída em 15 de março de 2016, pôde-se também acompanhar o processo de discussão e conclusão do documento com a análise dos *relatórios analíticos* das contribuições, *pareceres dos leitores críticos e diretrizes da revisão* do documento preliminar. Logo, o presente estudo analisou todos os 73 pareceres críticos divulgados e os relatórios produzidos, tendo como alicerce o campo da Educação Física e demais áreas.

O intuito da averiguação ampla da BNCC foi recolher elementos que orientassem as análises da caracterização da abordagem de gênero e preconceito em todo o documento, e em outro plano, que também subsidiasse um olhar particularizado a essas reflexões no campo da Educação Física, inserida na *Área de Linguagens*.

Em suas delimitações metodológicas, para complementar a análise específica da Educação Física na BNCC junto às questões de gênero/preconceito, o estudo aplicou entrevistas semiestruturadas (RICHARDSON, 2008) junto a um grupo de profissionais da Educação e Educação Física. As entrevistas foram elaboradas tendo um cabeçalho no qual o(a) entrevistado(a) deveria se definir quanto a sua postura em relação à BNCC, dentro das seguintes possibilidades: *parcialmente a favor*, *totalmente a favor*, *parcialmente contra*; e *totalmente contra*. As questões realizadas foram pautadas na exploração do “olhar crítico” dos entrevistados e entrevistadas com relação ao contexto exposto pelo documento, primordialmente indagando-os acerca das questões de gênero e preconceito na conformação do texto da proposta, e na visualização de suas repercussões no campo da Educação Física escolar.

Foram realizadas seis entrevistas (três homens e três mulheres), todos da área da Educação e/ou Educação Física.

Relação do(as) entrevistados(as)			Postura em relação à BNCC
MULHERES	Entrevista 1 ♀ ¹	E1♀	Parcialmente a favor
	Entrevista 2 ♀	E2♀	Parcialmente a favor
	Entrevista 3 ♀	E3♀	Totalmente a favor
HOMENS	Entrevista 1 ♂	E1♂	Parcialmente a favor
	Entrevista 2 ♂	E2♂	Parcialmente a favor
	Entrevista 3 ♂	E3♂	Parcialmente a favor

Quadro 1 – Relação dos profissionais entrevistados.

1 No quadro aparecem os símbolos ♂ com referência ao gênero masculino e ♀ com referência ao gênero feminino.

A amostra selecionada foi definida a partir dos seguintes critérios: a) profissionais da área de Educação e/ou Educação Física com experiência profissional no campo da Educação; b) profissionais que se autointitulam conhecedores da proposta da BNCC em um nível de médio a elevado; c) profissionais que, apesar de envolvidos com as discussões em torno do documento, não compuseram diretamente o material (o que poderia acarretar uma definição prévia do direcionamento a favor da proposta em suas argumentações).

4 | O GÊNERO E O PRECONCEITO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

As narrativas dos/das participantes do estudo e os apontamentos presentes nos pareceres críticos sinalizaram que os argumentos sob a abordagem de “gênero” e “preconceito” no documento da BNCC necessitam maior comprometimento da proposta com a discussão e intervenção frente a tais categorias, enfim, uma postura que pudesse repercutir em transformações concretas na mentalidade e subsídio para construção de práticas pedagógicas combativas à discriminação (sexual, étnica-racial, etc.) no ambiente escolar. Houve ascensão numérica de citações dos termos “gênero, preconceito e discriminação” da versão preliminar à segunda versão da proposta, no entanto, nada que instigasse à construção de preceitos a conscientização combativa de professores e demais atores no ambiente escolar. A BNCC definida pelo próprio Ministério da Educação (MEC) como norteadora dos currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também das propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil, não pode se eximir da responsabilidade em repercutir transformações no contexto das intervenções pedagógicas do cotidiano da escola.

Como primeiro tópico dos *princípios norteadores*, a BNCC expõe à questão de gênero e do preconceito como elementos que garantam o “direito à educação”. Não somente nessa seção do documento, as questões de gênero são demonstradas como uma categoria que pode ser referência ao preconceito, assim delimitadas junto a outras categorias: etnia, idade, classe social etc., portanto, os chamados “objetos de discriminação” no âmbito da interseccionalidade. Essas categorias são elencadas como modelo discursivo que supostamente garantiria uma postura e verbalização politicamente correta no documento, sinalizando as diferenças.

Na segunda versão da BNCC (2016), em seus capítulos iniciais ainda no plano de princípios, o documento continua a abordagem dos termos gênero e preconceito como direito à aprendizagem, direito à educação etc., remetendo-se de maneira pontual, e lembrando aos leitores que o atual documento segue os parâmetros da LDB (1996) e perspectivas abordadas nas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação. As duas primeiras versões da BNCC apresentadas para consulta pública, não apresentaram discurso, conceituação e teorização que diferenciem os conceitos de gênero, preconceito

e discriminação, contexto que em caso contrário, possibilitaria um arcabouço teórico de sustentação para as delimitações estruturadas pelo documento, sobretudo, porque a evidência criteriosa dessas diferenças epistemológicas repercutiria em aprofundamento teórico-crítico e impulsão para pensá-las na prática. A ausência de um cuidado perante a utilização desses termos sinaliza a superficialidade e falta de comprometimento com o contexto educacional advindo desses termos empregados na realidade educacional. Há a necessidade pungente da educação abarcar os campos teórico, pedagógico e político em unicidade, para se defender uma postura crítica em qualquer política pública que busque trabalhar as questões de gênero e preconceito, pois a neutralidade ou mascaramento dessas questões não geram mudanças positivas em relação ao contexto de violência, exclusão e discriminação nas escolas.

Os pareceres críticos à BNCC, nos diferentes componentes curriculares, já sinalizavam a ausência e ineficiência à abordagem das questões de gênero e preconceito no documento preliminar. No documento final foram evidenciados ajustes, no entanto, como tentativa de apaziguar possíveis polêmicas, assim sendo, nota-se em determinados momentos a citação pragmática de termos como *gênero*, *diversidade*, *discriminações* etc., não sendo acompanhada de um aprofundamento da importância de um trabalho pedagógico com esses enfoques.

O E1(♂) colocou-se a favor da criação da BNCC como parâmetro para o trabalho curricular nas escolas, e acredita que a adequação da Educação Física no campo das *Linguagens* não trouxe repercussões, pois demonstrou-se em sintonia com o enquadramento realizado já nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*. O referido professor, também experiente em ações voltadas ao Paralimpismo junto ao Ministério do Esporte, ressaltou frases que poderiam resumir o seu ponto de vista geral: “Eu tenho que falar todos os dias sobre isso (preconceito), se eu deixar de falar eles vencem” e “não devemos tratar os desiguais como iguais”. Para o professor, o texto da BNCC não contempla diretamente as questões do preconceito, e que essa omissão prejudica o destaque de fatores que devem ser abordados pelos professores em seu trabalho diário nas escolas.

O entrevistado considera que a BNCC não contemplou as questões de gênero, além disso, acredita que o principal agravante dessa falha emerge no caso da sexualidade (principalmente em relação a transexualidade), pois os educadores e até mesmo a infraestrutura das escolas, não estão preparados para atenderem a essas diferenças. No caso das relações de gênero, afirma que muito tem se avançado em tais questões, considerando como exemplo dessa evolução, a inserção do futebol feminino nas escolas. Para o participante do estudo, ainda os principais grupos prejudicados pela supressão da BNCC ao trato das questões do preconceito, foram as pessoas com necessidades especiais e os grupos como os transexuais, pois em relação a ambos os casos, as escolas não possuem estruturas físicas, recursos humanos e experiência/preparo adequados para atendê-los em suas particularidades.

Para alguns profissionais, em seus pareceres críticos dispendidos à versão preliminar da BNCC, as discussões de gênero e preconceito foram contempladas no documento, isso porque quando aparece a universalidade do “direito à educação” em diferentes momentos do documento, o documento já estaria tratando de questões pertinentes à diferença.

A expressão “direito à educação” evidencia-se em dois momentos da BNCC, ambos direcionados à educação em direitos humanos. Como parte de um dos *temas integradores*, em específico aos “direitos humanos e cidadania”, no qual o direito à educação aparece na delimitação de um dos eixos dos direitos humanos, isso porque envolve concepções e práticas educativas fundadas nas responsabilidades individuais e coletivas. Torna-se importante neste momento e contexto do presente artigo destacar que a Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, estabelece *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*, documento que tem sido primordial para acrescentar gradualmente o vocabulário e estimular práticas/ponderações em diferentes instituições e níveis de ensino que agreguem questionamentos voltados ao campo dos direitos humanos.

Para E1(♀) a BNCC traz elementos que geram um trabalho para amenização do preconceito, mas ainda com uma invisibilidade do tema, não construindo mudanças concretas no cotidiano de atuação nas escolas. Da mesma forma, a adequação da Educação Física no campo das *Linguagens*, está de acordo com o mérito da aludida área em termos de expressão corporal ou mesmo de sua perspectiva de “cultura corporal”. No entanto, esse enquadramento, também não provoca uma modificação do senso comum e no trabalho da Educação Física nas escolas. Para a professora, todas as reflexões que poderiam combater a visão machista, sexista, racista, de maneira geral preconceituosa dentro do contexto educacional nas escolas, foram abordadas na BNCC de maneira tímida e ainda na lógica do senso comum, não semeando uma mudança de paradigma. Portanto, em relação à BNCC, textualmente a entrevistada afirmou: “[...] não considero que tenha contemplado um avanço significativo neste sentido [...]”.

Oxley da Rocha (2015), a partir de seu parecer crítico à BNCC, ressalta que existem dois aspectos centrais que justificam a sua posição como *parcialmente a favor* da BNCC. Primeiramente observa uma contrariedade na criação de uma base única para tratar da diversidade expressa pelas regionalidades, assim, em sua concepção, um conjunto de temas trabalhado em transversalidade poderia incorrer em maior eficiência no atendimento das necessidades dos diferentes grupos. Por outro lado, identifica a proposta da BNCC, sobretudo, como um documento de delimitação de conteúdos, omitindo-se à discussão e orientação para as práticas pedagógicas.

O entrevistado trabalha com a formação de professores e, nesse âmbito, a base de formação a seus alunos se constitui tendo como referência a realidade da escola, portanto, o estudo de uma proposta como a BNCC é pertinente pois seus apontamentos interferem/interferirão diretamente na organização e compreensão dos conhecimentos trabalhados no contexto escolar. A Educação Física como área de conhecimento no campo

das *Linguagens* responde as suas relações com a cultura corporal, logo, historicamente essa alocação foi previsível. Para o relator, a BNCC deveria ter um espaço ou campo Multidisciplinar, que nesse caso, a Educação Física seria melhor definida, podendo expor suas perspectivas tanto no campo de Saúde e Humanidades, fugindo de uma visão reducionista. O citado professor acredita que a BNCC aborda as questões de gênero e preconceito, todavia, advertiu que tais categorias deveriam ter sido contextualizadas junto a elementos orientadores das práticas dos profissionais nas escolas, exemplificando-lhes o “como” agir ou trabalhar com essas prerrogativas.

Como educador, o Oxley da Rocha (2015) destaca que a discussão frente às questões de gênero e de preconceito são realmente combativas, repercutem em mudanças. Caso tivessem sido trabalhadas há muito tempo como abordagens constantes em nossas formações, da mesma forma que tivemos a aprendizagem das letras e dos números, provavelmente não teríamos a visão machista e homofóbica que, muitas vezes, vemos na sociedade. Esse profissional acredita que os termos gênero e raça/etnia, a partir do momento em que aparecem na BNCC, docentes criativos e motivados por tais questões podem ser instigados a trabalharem com esses elementos que são fundamentais para a formação da cidadania.

A partir dos apontamentos, infere-se que as políticas públicas (sociais) de gênero estão focadas nas transformações, trabalhando com ações afirmativas que possam, não apenas levar a uma discussão aprofundada e incisiva sobre o julgamento das diferenças, mas que conduzam à transformação, modificando o *status quo*. Por conseguinte, a presença das políticas de gênero, mesmo em seu processo inicial de conscientização, inserindo-se no contexto do qual se pretende modificar, carece da construção de um campo de problematização mais incisivo e enraizado do que trouxe a BNCC. A problematização como ação combativa ao preconceito justifica-se pelo desafio de desconstrução de ideias pré-concebidas e enrijecidas (estereótipos) que formam nossa maneira de ver o mundo (CROCHIK, 2006). A escola é um campo de construção naturalizado de difusão dessas ideias pré-concebidas, no entanto, o educador precisa acreditar que pode ser também um *locus* de transformação de criação de ações voltadas para uma nova mentalidade.

Conforme exposto por E2(♂), o direcionamento definido no *Componente Curricular de Educação Física* trouxe elementos que podem orientar o trabalho dos professores em prol da amenização de preconceitos:

“[...] porém é preciso deixar claro que as questões que envolvem preconceito e discriminação não se resolvem por meio teóricos. Estes comportamentos pertencem a idiosincrasia de todos os envolvidos, inclusive do professor. Ter ou não preconceito de qualquer natureza exige mudanças orgânicas na escola, cuja estrutura contraditória esta edificada no discurso igualitário e na diferença concreta dos alunos [...]”.

A BNCC ou qualquer outro documento que construa uma homogeneidade nos

currículos ou a definição de “conteúdos e enfoques” básicos ou essenciais não garantirá, por si só um combate e amenização do preconceito. Há a necessidade de transformação da conduta do professor ou professora frente as questões que hoje se tornaram imprescindíveis para uma educação equânime: o tratamento frente às questões da sexualidade, do racismo, do gênero, etc. Para isso não basta aventar-se essas questões dentro do politicamente correto e superficialidade de ponderação, mas a formação de professores deve ter como pauta central definir por quais intervenções construir-se-ão práticas pedagógicas cada vez mais atentas ao preconceito, mesmo que esse esteja implícito, deve ser combatido para que não seja viciosamente enquadrado pela naturalização da exploração e dos privilégios.

Para o profissional E3(♂), a BNCC é uma orientação curricular importante para o direcionamento de políticas públicas, não é redentora, ou seja, não resolve os problemas da falta de equidade na educação pública brasileira. Na escolha de dois lados possíveis à adequação da BNCC como progressista ou tradicional, o professor entrevistado acredita que pela deficiência que o Brasil apresenta na formação educacional atual, justifica-se a caracterização da BNCC, mesmo tendo ainda uma visão prescritiva no âmbito de diferentes temas (inclusive das questões de gênero e preconceito), mormente, a proposta demonstra-se fundamental como um posicionamento curricular apenas inicial e propenso continuamente a mudanças. A BNCC é principalmente uma orientadora para a adequação de políticas de condições de oferta da educação básica, políticas de avaliação, políticas de formação inicial e continuada de professores etc.

Quanto às questões de gênero e preconceito, o entrevistado salienta a necessidade de que determinados grupos interfiram na estrutura da BNCC e tornem-na progressista, pois certamente outros setores entenderão que a BNCC foi muito à frente pela sua falta de posicionamento ideológico, e isso marca um retrocesso de mais de 40 anos, chegando à época do militarismo em nosso país. Há a necessidade de um posicionamento sobre as desigualdades de gênero, das orientações sexuais, “[...] nesse sentido acho que a base pode avançar mais, mas pode retroceder também, pois nós temos movimentos muito conservadores que atacam esta perspectiva e é um documento que ainda está em disputa, a gente não pode esquecer disto [...]”.

Para E2(♀) a Educação Física sendo colocada na área de *Linguagens* apenas restringe o seu espaço e atuação, não sendo possibilitado nenhum avanço a nossa área em específico, enquanto que a sua possível adequação em uma quinta área, poderia ter representado um estímulo para o seu reconhecimento. A entrevistada ressalta que a BNCC, assim como os PCN, pode definir um caminho para adequação das intervenções na educação, fazendo com que todos os profissionais sejam orientados a como trabalharem em cada série, respeitando a homogeneidade do trabalho e adequação aos princípios de evolução dos conteúdos. Da versão preliminar para a 2ª. versão, a participante do estudo afirma com as questões de gênero foram reforçadas, apesar disso, o enfoque do preconceito deve ser contínuo e crescente em todas as políticas voltadas à educação.

Para outra entrevistada do estudo E3(♀) a discussão enfatizada das questões de gênero pode ser prejudicial, isso porque:

“[...] quanto mais a gente enfatiza acho que piora a situação, acho que existe hoje... lá na Base eu não identifico preconceito, eu não consegui ver preconceito, como eu lido com essa coisa muito normalmente, muito tranquilamente, eu não consegui ver esta questão, e não identifico como antigamente era trabalhado feminino e masculino, eu não consigo ver esta questão do gênero lá diferenciada [...] Acho que é uma coisa normal, quando a gente fica discutindo separações, essas coisas..., acho que aumenta [...]”.

O depoimento da entrevistada demonstra um despreparo de determinados grupos envolvidos na educação em tratar as questões de gênero e preconceito dentro de uma teorização e reflexão, e transpor essas discussões para o seu campo de atuação prática. Franklin e Camargo (2001) ressaltam que o preconceito é veiculado de uma forma geralmente encoberta pela ideia de que se vive em um paraíso de coexistência e de aceitação das singularidades, preservando justamente o problema, não o enfrentando “[...] por criar-se a ideia de ele não existir [...]” (p.78). Para E3(♀), a uniformidade do direcionamento proposto na BNCC é importante pois até então se percebia a disparidade de conteúdos e metodologias na área de Educação Física que prejudicava inclusive o aluno, pois quando havia uma transferência de regiões, o aluno tinha dificuldade de acompanhar pelas diferenças de trabalho de um Estado ao outro.

Para quem foi pensada a BNCC? Para um indivíduo chamado “educação ou escola”? Ou para a orientação de professores ao atendimento das diferenças vivas e dinâmicas de seus alunos? A BNCC consegue orientar uma postura curricular que atenda à diversidade presente nas escolas? Para todas as respostas o documento da base pressupõe a existência de profissionais capacitados para compreenderem e implantarem práticas pedagógicas combativas ao preconceito simplesmente pela citação de termos como gênero, estigma, preconceito etc., dentro de frases como: “[...] desenvolver leitura crítica sobre fenômenos como intolerância, preconceitos, estereótipos e estigmas” (BRASIL, 2016, p.167).

Na estrutura sistêmica, a BNCC foi pensada como uma organizadora do direcionamento e critérios que devem ser pensados para a construção de políticas e práticas a ela decorrentes. Para o Ministério da Educação, a BNCC somente poderá interferir na qualidade da educação básica através de sua articulação com quatro políticas a ela decorrentes: *Política Nacional de Formação de Professores*, *Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais*, *Política Nacional de Avaliação da Educação Básica* e *Política Nacional de Infraestrutura Escolar*, a partir desse trabalho conjugado, acredita-se que haverá a garantia aos estudantes da educação básica do direito de aprender e de se desenvolver acolhidos em sua diversidade e em uma perspectiva inclusiva.

A proposta da BNCC sendo avaliada em uma perspectiva *sincrônica*, ou seja, em um recorte do tempo, ela representaria sob a ausência de certos critérios, um passo de evolução em termos de intervenções na educação básica, mas a partir de uma visão

diacrônica realmente não foi dado nenhum passo à frente, não se percebe a construção de um pilar de conscientização dentro do contexto escolar. Isso porque, em termos da abordagem de gênero mesmo que articulada na discussão sobre a *orientação sexual*, o próprio documento dos PCN já na década de 1990 trouxe elementos mais contextualizados ao cotidiano do trabalho docente do que a proposta da BNCC.

O texto da BNCC em sua 2ª. versão, simplesmente em discurso está de acordo com o que trata a Constituição 1988, a LDB (1996), os PCN e as diretrizes curriculares. No entanto, não se considera que o documento trate de maneira direta e subsidiada do que acontece dentro das escolas junto à naturalização do preconceito, na impregnação dos mais subjetivos meandros da relação professor-aluno, nas mensagens subentendidas de certos textos e abordagens comuns utilizadas pelos docentes, no mascaramento da discriminação pelo próprio professor ou professora e colegas de sala. Não há estímulos efetivos que levem ao repensar de práticas, utilizando-se de uma linguagem ao que os (as) docentes veem e constroem em seu dia a dia, na atuação pedagógica, a partir dessa realidade o texto da BNCC poderia desconstruir premissas e trabalharia no âmago da questão: garantir o “direito à educação” ou uma educação para todos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo reforça o seu posicionamento no fato de que sob a perspectiva da equidade, da discussão de gênero e preconceito, a BNCC não representou adequações que pudessem trazer à baila essas questões de maneira efetiva no campo educacional, seja no direcionamento das políticas públicas ou no campo pedagógico, da atuação direta dos educadores e das educadoras nas escolas, mesmo com as alterações apresentadas pela 2ª. versão do documento. Há um conjunto de elementos que, como demonstrado pela crítica exposta neste texto, foi interpretado como progresso para diferentes profissionais, especialmente pela crença de que haja benefícios em um posicionamento curricular concebido como referência e unidade. O estudo reconhece a importância da discussão aberta, pública trazida pela proposta, ratifica o seu respeito ao trabalho desenvolvido pelos profissionais compositores da BNCC, mas a emergência de amparo, crítica e discussão ao contexto de discriminações na educação, não foi atendida.

Uma das possíveis limitações encontradas no desenvolvimento do estudo pode ser assim definida pela delimitação da amostra de participantes das entrevistas, isso porque não trabalhamos com a exclusiva escolha de profissionais de Educação Física que tivessem as questões de gênero e preconceito como categorias presentes em suas linhas de pesquisa e/ou atuação profissional. Essa conformação metodológica justifica-se não apenas pela restrita amostra de profissionais que segue essa abordagem, mas sobretudo, pelo fato de que o estudo abraça como prerrogativa o fato de que o embasamento para discutir as questões de gênero/preconceito, assim como quaisquer outros fatores envolvidos com a

discriminação (classe social, sexualidade, etnia, etc.) sejam noções básicas na formação de um educador, independentemente de sua área.

Não foi alvitrado pelo presente estudo discutir comparativamente as reflexões de homens e mulheres frente às categorias de gênero e preconceito analisadas na BNCC, portanto, apenas controlamos a variável científica em questão através do mesmo quantitativo de entrevistados na pesquisa de campo. O estudo reconhece a essencialidade de subsequentes estudos que deem prosseguimento e ampliação ao que neste momento foi levantado em questionamentos e aporte metodológico, sobretudo, com uma amostra maior que pudesse também ter como foco o comparativo da percepção de homens e mulheres à proposta da BNCC.

A massa crítica que se formou em torno da proposta da BNCC no período inicial de transposição de sua primeira a segunda versão, não deve ser diluída pelos trâmites legais ulteriores que se acredita que encaminharam à aplicação ou adequação curricular nas escolas. Ressalta-se que os/as educadores (e a sociedade de maneira geral) não podem conceber este documento como fechado, uma “encomenda pronta e lacrada para entrega nos portões das escolas”, havendo a necessidade de que esse passe por reformulações em seu conteúdo textual, oportunizando um repensar do que significa o “direito à educação” no âmbito da equidade, sem se bastar a falsas igualdades mascaradas pelo senso comum e discurso pronto. Como salienta Neira (2016) um documento que se pretenda mostrar caminhos aos professores nas escolas, deve ser, antes de tudo, tomado como um objeto de estudo ou o início a uma discussão mais ampla, estimulada por aqueles que realmente formam os sentidos e significados da educação na escola, seus professores e a comunidade local, os mesmos que vivenciam cotidianamente as demandas e singularidades de suas práticas sociais.

A pretensão deste texto foi justamente alertar, através da narrativa de vários profissionais envolvidos na chamada pública de discussão da BNCC, de que se demonstra como imperativo e intransponível, a expressão contundente da responsabilidade da educação no combate às discriminações sob seus diferentes referenciais: gênero, classe social, etnia/raça. *O próximo passo ainda não foi dado!*

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Resolução CNE nº 1/2012.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 1ª. Versão. Ministério da Educação, setembro, 2015.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 2ª. Versão. Ministério da Educação, abril, 2016.

CROCHÍK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

FERREIRA FRANKLIN, R.; CAMARGO, A. C. A naturalização do preconceito na formação da identidade do afro-descendente. **EccoS Revista Científica**, v. 3, n. 01, pp. 75-92, 2001.

FIORELLI SILVA, I. L.; ALVES NETO, H. F.; VICENTE, D. V. A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015. **Ciências Sociais Unisinos**, v.51, n.03, pp.330-342, setembro/dezembro 2015.

NEIRA, M. G.; SOUZA JR, M. A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 188-206, setembro/2016.

OXLEY DA ROCHA, L. A. O. **Tratamento dado ao tema Educação Integral no documento inicial da Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/relatorios-analiticos>>. Acesso em: 07/03/2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social** - métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2006.

SCOTT, J. W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.02, p. 71-99, jul./dez. 1995,

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 15, 96

Agropecuária 32, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 94

Análise real 104, 109

Análise sazonal 116, 117, 119, 120, 123, 126

Atividade biológica 116, 117, 118, 119, 125

B

Base Nacional Comum Curricular 7, 8, 9, 10, 12, 19, 20, 43, 58

C

Cortes de Dedekind 104

D

Déficit hídrico 85, 94

Desmatamento 32, 38, 71, 74, 76, 77, 78, 81

Diversidade 13, 14, 17, 32, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 113, 130

Diversidade cultural 96, 98, 99, 100, 103

E

Educação Matemática 59, 156

Energia 22, 61, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 120, 128, 129, 130, 131, 136, 138

Excel 1, 4, 6, 132

F

Floresta tropical 22, 29, 87, 95

G

Gênero 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 47, 98, 99, 101, 102

Gestão 8, 37, 96, 97, 100, 102, 112, 156

Granizo 139, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 151, 152, 153, 154, 155

H

Hospital 110, 112, 113, 114

Humidex 60, 62, 65, 66, 67

I

Índice de transmissividade 21, 22, 23, 25, 28, 29, 30

Índice NDVI 31, 33, 37

M

Matemática 2, 6, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 109, 156

N

Nordeste brasileiro 30, 139, 140, 141, 154

Números reais 104, 105, 106

O

Óleos essenciais 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126

P

Pantanal 32, 38, 72, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 138

Preconceito 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 101, 103

Previsão do tempo 139, 154

Professor 13, 15, 16, 18, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 71, 139, 156

Profissão 40, 41, 43, 44, 45, 54, 56, 57, 58

Projeto social 110, 112, 114

Psidium cattleyanum 116, 117, 118, 119, 125, 126, 127

Q

Queimadas 31, 32, 34, 36, 37, 38, 112, 128

R

Radiação 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 39, 68, 78, 83, 88, 89, 90, 122, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

S

Sazonalidade 22, 89, 91, 127, 131, 138

Simulação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 151

Solo-planta-atmosfera 85, 86, 94

T

Temperatura 24, 26, 32, 38, 60, 61, 63, 65, 68, 74, 78, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 119, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 153

Teorema do limite central 1

U

Umidade 26, 32, 60, 61, 63, 72, 74, 87, 88, 90, 91, 92, 118, 122, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 152, 153

V

Variabilidade climática 85

Variáveis meteorológicas 24, 60, 81

Vegetação densa 31, 36

Voluntário 110, 112, 114

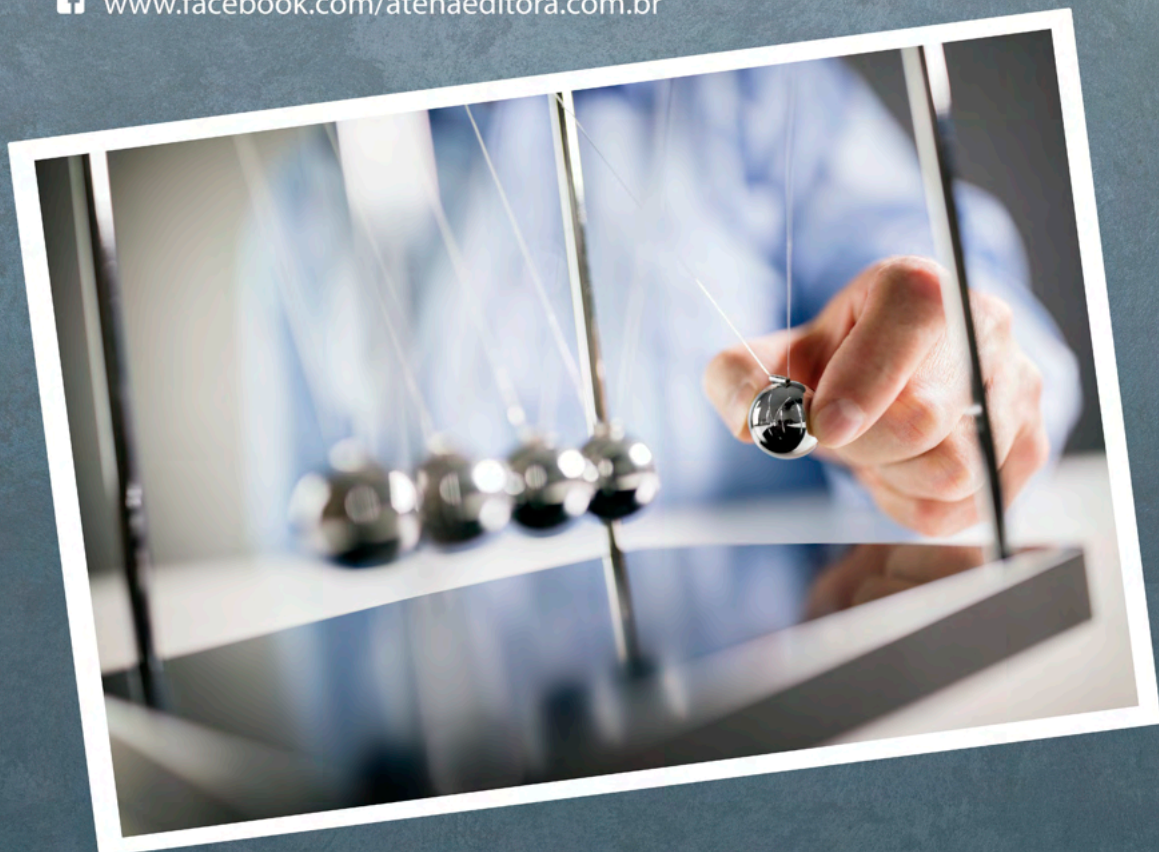
🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR DAS CIÊNCIAS EXATAS: Conhecimentos e pesquisas 2

Atena
Editora
Ano 2022

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR DAS CIÊNCIAS EXATAS: Conhecimentos e pesquisas 2

Atena
Editora
Ano 2022